

AINDA EM PAUTA A ALFABETIZAÇÃO, A LEITURA E A ESCRITA

Ludmila Thomé de Andrade¹

Patrícia Corsino²

Neste segundo Dossiê sobre Alfabetização, leitura e escrita, da Revista Contemporânea de Educação, os artigos selecionados giram em torno de três eixos: i) políticas de leitura; ii) leitura e escrita na Educação Infantil e iii) práticas de leitura e escrita de professores. Antes de apresentar cada texto, tecemos considerações sobre algumas provocações suscitadas a partir da leitura deste conjunto de textos.

A primeira delas diz respeito à formação de leitores. A indagação que atravessa os vários artigos traduz-se por: *Que leitores se formam, a partir de certas práticas implementadas?* A resposta remonta a uma dimensão mais ampliada, já que formar leitores se articula à formação de sujeitos de linguagem, vivendo em sociedade, produzindo discursos. Vincula-se, portanto, a projetos de sociedade que, embora muitas vezes apresentem discursos bastante próximos, se distinguem radicalmente nos seus modos de conceber a relação entre sujeitos, na possibilidade de se projetarem as interações eu-outro. Numa perspectiva centrada na alteridade, como a de Bakhtin (1992, 2000, 2010), é o outro que constitui o eu, que é sempre inacabado. O outro que, com seu excedente de visão, percebe o que o eu do seu lugar jamais conseguiria ver e dá os seus acabamentos. Segundo este ponto de vista, é na relação eu-outro que vão se produzindo significados e construindo as subjetividades.

O conceito de leitor necessariamente será distinto, quando o objetivo são resultados de leitura traduzidos numa lógica da mensuração ou numa lógica da produção de sentidos e de interpretação da realidade do sujeito. A lógica da mensuração é monológica, previsível; desconsidera as tensões que se dão no encontro entre o eu e o outro; destitui a linguagem de sua dimensão expressiva, plural, polissêmica; cinde afetividade e cognição; institui o indivíduo, ou seja, a pessoa isolada, descontextualizada, acabada e autorreferenciada.

Estas diferentes concepções marcam os projetos de sociedade, os programas de governo, as propostas e projetos educacionais e também sustentam práticas escolares. Assim, outra provocação que a leitura dos textos suscitou diz respeito às tensões entre as políticas públicas e o cotidiano da sala de sala. Contradições, incoerências e desarticulações de programas e

¹ Professora Associado I da Faculdade de Educação da UFRJ.

² Professora Adjunto I da Faculdade de Educação da UFRJ.

projetos revelam que estão em circulação diferentes concepções e políticas. Como assevera Ball (2006 p.21), “quando focalizamos analiticamente em uma política, esquecemos, convenientemente, que outras políticas estão em circulação e que o estabelecimento de uma pode inibir, contradizer ou influenciar a possibilidade de fixação de outras”. Os contextos de produção de documentos legais e de planos e programas governamentais na área educacional não estão isolados de movimentos políticos mais amplos, sistêmicos e até mesmo globais e as disputas ideológicas se fazem em todos os contextos, o que inclui a sala de aula. Por isso mesmo é que a implementação de políticas como orientações curriculares para o ensino de Língua Portuguesa, do Plano Nacional do Livro e Leitura-PNLL e de programas como o Programa Nacional Biblioteca da Escola PNBE e o Programa Nacional do Livro Didático-PNLD e sua adesão por parte dos municípios, que são discutidos nos três primeiros textos do Dossiê, não se dá fora da arena discursiva. Disputas ocorrem desde o contexto de produção dos documentos, passando pelas formas de implementação em cada localidade e chegando às possibilidades, aceitações e recusas dos sujeitos em cada unidade escolar. É ainda Ball (idem, p. 21) que alerta para o fato de que a formulação de políticas é um processo que ocorre em arenas de luta por sentido; ela é a “política do discurso”.

Nesta via, chegamos à escola, aos professores, sua formação e consequente posição na luta por sentido das políticas. Sentido que é produzido nas interações, no coletivo. E esta produção se exprime no que Bakhtin (2010) denomina *postupok*, palavra russa traduzida como ato. Segundo Ponzio (2010, p.10), “*postupok* é um ato, de pensamento, de sentimento, de desejo, de fala, de ação, que é intencional, e que caracteriza a singularidade, a peculiaridade, o monograma de cada um, em sua unicidade, em sua impossibilidade de ser substituído, em seu dever responder, responsabilmente, a partir do lugar que ocupa, sem alibi e sem exceção”. Este conceito remete ao fazer pedagógico como ato responsável ou responsivo, como resposta dos professores a diferentes camadas ou planos articulados, como o filosófico, o sócio-histórico, o cultural, o político, o afetivo. Ato ético e estético que salienta a conexão entre compreensão e escuta. Passo dado por sujeitos situados que respondem às demandas do outro, do seu lugar exotópico e único (Corsino, 2011, p.535). Esta provocação, que traz a prática pedagógica como ato responsivo do professor sem alibi, coloca em foco as políticas de formação de professores, bem como as condições de trabalho, ambas as questões se situam na ordem do direito. Se a resposta do professor é sua assinatura, cabe ressaltar que é uma resposta contextualizada, atravessada, portanto, pelo momento histórico, pela dimensão macro das políticas e pela grandeza dos direitos garantidos ou violados.

O objetivo dos textos é provocar indagações sobre o tema deste Dossiê: qual é a responsabilidade da escola em relação à inserção dos sujeitos no mundo da cultura escrita? Os artigos reunidos, diferentemente dos recortes que se deram no primeiro Dossiê, número anterior da Revista Contemporânea de Educação, se reagrupam em três temas. Num primeiro, de abertura, situamos textos que tratam de políticas educacionais que interferem diretamente nas práticas pedagógicas de alfabetização das salas de aula brasileiras. Um primeiro texto, de Antônio Augusto Batista, aborda de forma exemplar questões curriculares de fundo do ensino de Língua Portuguesa. Um segundo, de Clecio Bunzen e Juliane Zonaro Chimello, trata de materiais didáticos de alfabetização e o terceiro, de Patrícia Corsino, Mônica Pinheiro Fernandes e Cláudia Pimentel discute o acesso ao livro e à leitura à luz de pesquisa em cinco municípios fluminenses. Em seguida, o tema é a Educação Infantil, segmento da Educação Básica que, em princípio, precede o momento de sistematização do processo de alfabetização (o que estaria oficialmente determinado para o primeiro ano do Ensino Fundamental) e que exerce um importante lugar na formação de leitores. Foi contemplado por dois textos, que tratam da linguagem escrita com crianças de três a seis anos de idade. Esse segundo bloco teve os textos de Hilda Micarello e Ilka Schapper e o outro de Carla Andrea Lima da Silva e Adriana Santos da Mata. O terceiro bloco organiza-se sobre a questão da formação de professores alfabetizadores, com os textos de Ana Paula Pontes de Castro em coautoria com Maria Teresa Assunção Freitas e outro de Priscila Corrêa. Tratam de modalidades distintas de formação docente, um se detendo sobre a escrita docente em plena formação, sobre o tema da alfabetização e letramento, e o segundo sobre a formação inicial de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental.

É importante notar que na organização temática que está apresentada sob essa disposição de recortes propostos, a sala de aula e as práticas pedagógicas de alfabetização não são tratadas diretamente, em todos os textos, o que ocorreu substancialmente no Dossiê anterior. Os artigos aqui apresentados tomam a alfabetização por dimensões mais abrangentes (em seus termos curriculares), críticas (pelas políticas analisadas), anteriores ao Ensino Fundamental (na Educação Infantil) ou de base (contextualizando-as, pela via dos professores). Essa observação torna-se relevante para constataremos que nem sempre, para que as análises de pesquisa propostas possam se reverter em resultados favoráveis para a alfabetização, se desenvolver nas salas de aula de escolas públicas brasileiras, o caminho teórico-metodológico seja diretamente situado no contexto da sala de aula. Para que se possam formular princípios que ancorem políticas educacionais, seria importante para as pesquisas chegarem pelas

bordas, de modo que fizessem surgir, a partir desse emolduramento, o que possa se configurar como o núcleo do ensino da leitura e da escrita na escola. Cabe lembrar que as pesquisas produzidas e a escolha que estas fazem de seu ponto de entrada para o campo a descrever, analisar e interpretar revertem-se, necessariamente, na construção de posições discursivas de leitores de textos na sociedade, discentes (alunos crianças e jovens da escola na Educação Básica), docentes (que se formam e leem certos textos de pesquisa escritos para eles) e outros, formadores de opinião pública. Por esse prisma, pode-se afirmar que os textos selecionados trazem questões para se pensar também na própria escrita de pesquisa, no sentido de alterar os contextos alfabetizadores na educação pública brasileira. Escrever em língua brasileira dispondo do letramento acadêmico, ser autores de pesquisa e criar nosso próprio estilo de escrita, para sermos lidos e apreciados, compreendidos e estudados é o que permitirá a nós, pesquisadores, refletir conhecimentos sobre leitura e escrita.

O texto de Batista, intitulado *Alfabetização, leitura e ensino de Português: desafios e perspectivas curriculares* abre este Dossiê. Ele dirige-se aos educadores, buscando tratar de alfabetização com uma abordagem mais abrangente do currículo da língua materna, trazendo tópicos para a discussão tanto por professores dos anos iniciais, quanto dos anos finais do Ensino Fundamental. Parte do princípio de que, neste momento, o desafio central do ensino de língua materna, evidenciado por pesquisas em larga escala, reside na consolidação da alfabetização. A dificuldade hoje não seria a alfabetização no sentido estrito de levar os alunos a dominar o princípio alfabético e as principais correspondências grafo-fonêmicas, mas sim levá-los a desenvolver a compreensão em leitura e a capacidade de produzir textos. O autor apresenta perspectivas curriculares gerais para se avançar nessa segunda etapa do aprendizado da língua escrita. Enfatiza a importância dos alunos desenvolverem uma ampla familiaridade com o mundo da escrita e uma forte interiorização das correspondências entre fonemas e grafemas do nosso sistema ortográfico; explicita de forma clara e objetiva os processos necessários para os alunos avançarem progressivamente na produção textual e o conjunto de saberes que constituem o trabalho ativo do leitor. Busca inserir sua abordagem no quadro de condições concretas, para que as perspectivas curriculares discutidas possam se tornar presentes na sala de aula e nas escolas.

O texto de Bunzen e Chimello, *Sistema apostilado e ensino de leitura para as crianças do 2º ano nos municípios paulistas*, traz questões que dizem respeito às políticas de leitura, mais especificamente, às que se relacionam a materiais didáticos para o ensino de Língua Portuguesa. Discute a adoção de apostilas por municípios do Estado de São Paulo que não

aderiram ao PNLD. O artigo problematiza o ensino de leitura em um material apostilado para crianças do 2º ano, produzido pela Fundação Bradesco, e distribuído para dez municípios paulistas, estabelecendo um paralelo com as coleções de alfabetização distribuídas pelo governo federal, no âmbito do PNLD. A análise sinaliza para diferenças significativas na diversidade de gêneros contemplada no material analisado, assim como no trabalho insuficiente com a questão da compreensão textual, ressaltando características que o reprovaram nos critérios de avaliação do PNLD. Chama a atenção para o tipo de leitor que se pretende formar com materiais que se colocam como eficientes no controle do trabalho docente e para o treinamento de crianças para um determinado tipo de trabalho escolar com a leitura, mas se afasta consideravelmente da formação do leitor cosmopolita.

O texto *Reflexões sobre políticas de acesso ao livro e à leitura literária em cinco municípios fluminenses*, de Corsino, Fernandes e Pimentel, apresenta parte dos resultados da pesquisa *Programa Nacional de Biblioteca na Escola- PNBE-2005: seleção, escolha, acesso e apropriação do acervo em escolas do Estado do Rio de Janeiro*, desenvolvida pelo Laboratório de Estudos de linguagem, leitura, escrita e educação - Leduc, PPGE-UFRJ. Através de entrevistas com os responsáveis pelos projetos de livro e leitura nas secretarias municipais de educação de cinco municípios fluminenses, com diferentes características, de visita a escolas e realização de dez grupos focais com professores, a pesquisa se aproximou das políticas do livro e leitura implementadas por cada município, buscando pontos de aproximação e de diferenciação entre elas, bem como articulações com o Plano Nacional do Livro e Leitura-PNLL. O artigo toma como referência para a análise dos dados dois eixos do Plano: democratização do acesso ao livro e fomento à leitura e à formação de mediadores. Os resultados evidenciam não apenas diferenças na composição e circulação dos acervos e nas formas como são feitas as mediações de leitura nas escolas dos cinco municípios, mas reitera o cenário de desigualdades no acesso ao livro e à leitura. Desigualdade entre escolas de um mesmo município e desigualdades severas entre municípios fluminenses de alto e baixo Índice de Desenvolvimento Humano- IDH. Chama a atenção para uma maior articulação entre os diferentes programas e projetos e para a necessidade de efetiva implementação das intenções do PNLL no interior das políticas públicas.

Micarello e Schapper, no artigo *Itinerários de Pesquisa: Infância, Linguagens e Linguagem Escrita*, trazem reflexões do Grupo de Pesquisa Linguagem, Educação, Formação de Professores e Infância- LLEFoPI, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Discutem o trabalho com a linguagem escrita na Educação Infantil, abordando a supremacia dada pelas

práticas pedagógicas a esta linguagem em detrimento de outras linguagens nas quais as crianças se expressam sobre o mundo e produzem sentido para suas experiências. Nas duas escolas observadas identificaram que o intenso contato com materiais escritos nem sempre corresponde a uma intensificação da experiência das crianças com a leitura enquanto objeto cultural, pois nem sempre os significados produzidos pelas crianças para suas experiências com o texto são o foco do trabalho realizado. Foi percebida uma supervalorização da materialização escrita do texto poético em detrimento dos significados que ele possa evocar e também a supremacia da produção material das crianças em detrimento dos processos de significação envolvidos nessa produção, sendo exatamente esta última dimensão aquela responsável pelo caráter humanizador das práticas de leitura enquanto práticas culturais. A pesquisa ressalta a importância de se pensar que a linguagem escrita não se manifesta apenas no escrito (no traço, na grafia), mas se faz presente numa estrutura que lhe é peculiar e que pode ser apropriada pela criança a partir de outras linguagens, como a música, a dança, a recitação.

No texto *Letramento na educação infantil: significando as práticas de leitura e escrita*, Matos e Silva tratam de algumas práticas de leitura e escrita no contexto de uma escola pública de Educação Infantil, situada no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. As análises das práticas indicam que o processo de alfabetização e letramento presente na Educação Infantil vai além da decifração mecânica das letras. Enfatizam os significados produzidos pelas crianças nas ações de ler e de escrever, a partir de um trabalho pautado na concepção de que as crianças são produtoras de cultura e sujeitos ativos da história e na perspectiva da construção/expressão das diversas linguagens como bens culturais. As práticas de letramento se configuram como um dos eixos do trabalho da escola analisada, de modo que são promovidas situações que envolvem os usos da língua, as práticas culturais, em interação permanente com os pares (adultos e crianças), que juntos constroem textos significativos no contexto escolar. Álbuns, livros de histórias da turma, bernal de leitura, bilhetes, registros das rotinas, observações de campo, relatórios, entre outros registros vão compondo as práticas cotidianas nas quais a linguagem escrita é trabalhada como produto e processo histórico e cultural.

O texto *Escrever sobre “alfabetização e letramento” em um fórum de discussão do ambiente moodle: um exercício de aprendizagem e construção de conceitos científicos*, de Ana Paula Pontes de Castro e Maria Teresa Freitas, apresenta resultados parciais de pesquisa cujo objetivo foi compreender como a escrita desenvolvida em um ambiente virtual de

aprendizagem, o *Moodle*, em disciplinas presenciais do curso de Pedagogia e Licenciaturas da UFJF, contribui para a aprendizagem dos alunos que, no caso dessa análise, são evidentemente professores. Trata-se de um recorte do trabalho de pesquisa, muito bem elaborado, concentrado sobre um “Núcleo de Significação” escolhido, no qual discutem as possíveis contribuições da escrita desenvolvida nos fóruns de discussão *online* do *Moodle* para a aprendizagem de conceitos científicos. Acompanham as atividades desenvolvidas no *Moodle* de duas turmas: a) uma pertencente ao curso de Pedagogia e b) outra ao curso de Licenciatura em Letras. Revela-se profundamente interessante a originalidade desse artigo em utilizar um embasamento teórico da psicologia vigotskiana para analisar aprendizagens adultas, no caso de professores em formação inicial. Nesse artigo, acompanha-se através de alguns dizeres docentes que são elencados, sob a forma de escrita-falada, em fórum de discussão, o aprofundamento gradual de apropriação de um conceito científico por parte de um professor. Dizem as autoras, em certo momento, que “a pesquisa não se centrou nas crianças, mas nos adultos, futuros professores que constroem seu processo de formação inicial. Torna-se óbvio, pois, que eles chegam ao curso superior imbuídos de muitas concepções formadas ao longo do seu desenvolvimento, na vida e na escola. (...) O adulto já possui formada a capacidade de reflexão e a forma como aprende é, portanto, mais complexa do que para a criança. São ainda mais evidentes as transformações pelas quais esses sujeitos passam no processo de aprendizagem.” A homologia dos processos infantis e docentes revela-se enriquecedora, nesse sentido, produzindo certamente um ganho para a pesquisa em formação de professores e em alfabetização. Esta escolha revela que as abordagens sobre alfabetização podem se deter sobre os bastidores do que sejam as práticas pedagógicas, isto é, a formação de professores.

O artigo de Priscila Monteiro Corrêa, decorrente de sua pesquisa de mestrado defendida em 2010, no PPGE da Faculdade de Educação da UFRJ, tem o valor de apresentar-nos a visão dos estudantes universitários sobre as práticas de leitura e escrita que nós formadores, professores universitários em Cursos de Pedagogia, implementamos. Nossas práticas didáticas resultam em um letramento universitário que a autora situa como formador de professores, um momento de formação inicial que normalmente não é problematizado em pesquisas e que aponta para nós, formadores, mais do que para os professores formados, muito embora assumo o foco de suas vozes, dos dizeres colhidos em entrevistas coletivas, vindos dos futuros professores dos anos iniciais da Educação Básica. Suas análises detêm-se sobre a leitura, primeiramente, em torno das categorias que ela propõe e que consubstanciam o deleite desse

artigo. Com relação à escrita, outras categorias trazem surpresas interessantes. A título de considerações finais, defende alguns princípios para a formação inicial de futuros professores no curso de Pedagogia, relativos especialmente ao que diz respeito à sua atuação futura como alfabetizadores e professores de Língua Portuguesa. A autora ressalta que o silêncio dos professores formadores em torno das práticas de leitura e de escrita de seus alunos, futuros professores, caberia também a defesa de um outro princípio: da mesma forma que a preocupação com o ensino da leitura e da escrita deve tangenciar todas as disciplinas da Educação Básica, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a leitura e a escrita acadêmica deveriam também ser objeto de todas as disciplinas dentro da universidade, sendo reguladas de forma explícita pelos professores formadores, de forma que estes se constituíssem em mediadores das práticas de letramento que ocorrem na universidade.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2010.
- BALL, Stephen. Sociologia das Políticas Educacionais e Pesquisa Crítico-Social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.10-32, Jul/Dez 2006.
- CORSINO, Patrícia. **Anais do I Encontro de Estudos Bakhtinianos- EEBA**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2011, p.535.
- PONZIO, Augusto. Introdução: a concepção bakhtiniana de ato. In: BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2010, p.9-39.